

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HENRIQUE ADRIANO DE SOUSA

ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO DE COMPLIANCE DAS EMPRESAS LISTADAS NO  
NOVO MERCADO DA B3 NOS ANOS DE 2014 E 2019

CURITIBA  
2020

HENRIQUE ADRIANO DE SOUSA

ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO DE *COMPLIANCE* DAS EMPRESAS LISTADAS NO  
NOVO MERCADO DA B3 NOS ANOS DE 2014 E 2019

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em MBA – Auditoria Integral.

Orientadora: Prof. Dra. Sayuri Unoki de Azevedo

CURITIBA  
2020

**HENRIQUE ADRIANO DE SOUSA**

**ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO DE *COMPLIANCE* DAS EMPRESAS LISTADAS NO  
NOVO MERCADO DA B3 NOS ANOS DE 2014 E 2019**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná, e aprovação como requisito para a obtenção do Título de Especialista em MBA em Auditoria Integral.

Aprovado em: \_\_ / \_\_ / \_\_

**Banca Examinadora**

---

---

**Sayuri Unoki de Azevedo**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me guiar e permitir alcançar com tranquilidade meus objetivos, superando qualquer tipo de dificuldade e acalmando meu coração em momentos de desesperança.

Agradeço a minha família, em especial meus pais, que mesmo longe são meu suporte e me motivam para que eu possa continuar. Ainda, agradeço por me incentivarem desde muito jovem a estudar e acreditar que o estudo é a escada para a conquistar um futuro brilhante.

Agradeço aos amigos Marilda Aparecida de Medeiros e Elias Pavel Zeppeda Toro que não me deixaram desistir no início. Mesmo com muitos desafios que teria durante o ano me mostraram que eu era capaz e conseguiria cumprir com zelo este desafio.

Agradeço de forma especial a amiga Gabriela de Abreu Passos, pelo apoio incondicional desde a graduação e em todos os momentos da pós, tendo paciência para me escutar e me ajudar nas diversas questões, tanto acadêmicas quanto da vida, me motivando a ser sempre melhor, além de ser aquela companhia para extrapolar quando a cabeça parecia não mais funcionar.

Agradeço as inesperadas amizades que fiz desde o início da pós, Jussara, Mônica, Rosmary e Leodani, “os monitores”. O grupo foi montado por uma regra, mas se fossem escolhidos não teriam sido tão perfeitos. Com elas passei os 36 sábados organizando as aulas, conversando, trabalhando em equipe, escolhendo sempre um lugar diferente para almoçar e dando suporte sempre para o que estava mais cansado dos afazeres da semana. Mesmo com o término do curso, levaremos essa amizade da UFPR para a vida. Agradeço a Evelyze Cruz Dallagnol, amiga de longa data, que esteve junto durante a graduação fazendo parte da conquista da pós e esteve presente nesta jornada.

Agradeço ao conhecimento recebido dos professores em especial a professora Sayuri Unoki de Azevedo, que com excelência me orientou neste trabalho de encerramento.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Contexto Histórico.....	16
Quadro 2 – Requisitos para a avaliação do programa de integridade.....	20
Quadro 3 – Empresas Seleccionadas.....	27
Quadro 4 – Categorias da Pesquisa e ocorrências.....	29

## LISTA DE ABREVIATURAS

FIFA	-	Federação Internacional de Futebol
IBGC	-	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
B3	-	Brasil Bolsa Balcão
CVM	-	Comissão de Valores Mobiliários
SEC	-	Securities and Exchange Commission
ABBI	-	Associação Brasileira de Bancos Internacionais
FEBRABAN	-	Federação Brasileira de Bancos
CFATF	-	Caribbean Financial Action Task Force
CICAD	-	Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas
OEA	-	Organização dos Estados Americanos
AGP	-	Asia/Pacific Group
COAF	-	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
ESAAMLG	-	Eastern and Southern Africa Anti-Money Laundering Group
CMN	-	Conselho Monetário Nacional
OCDE	-	Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ONU	-	Organização das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
1.1	CONTEXTO E PROBLEMA	10
1.2	OBJETIVOS	12
1.2.1	Objetivo Geral	12
1.2.2	Objetivos Específicos	12
1.3	JUSTIFICATIVA	12
1.4	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	123
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRAFICA</b>	<b>14</b>
2.1	ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE <i>COMPLIANCE</i>	14
2.1.1	Conceitos e características do <i>Compliance</i>	14
2.1.2	Origem do <i>Compliance</i> no Brasil e no mundo	15
2.2	ASPECTOS LEGAIS SOBRE O <i>COMPLIANCE</i> NO BRASIL	18
2.2.1	Lei anticorrupção nº 12.846/2013 e decreto nº 8420/2015	19
2.3	CVM E O <i>COMPLIANCE</i> INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 480	21
2.4	EMPRESAS LISTADAS NA BRASIL, BOLSA BALCÃO (B3) E O <i>COMPLIANCE</i>	22
2.5	<i>DISCLOSURE</i> VOLUNTÁRIO	23
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>24</b>
3.1	TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA	24
3.2	TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	24
3.3	TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS	25
3.4	LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES	25
3.5	TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	26
3.6	POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO	26
<b>4</b>	<b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b>	<b>29</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>41</b>
	REFERÊNCIAS	433

## RESUMO

*Compliance* são mecanismos de conformidade que possuem o intuito de orientar, prevenir e detectar comportamentos fraudulentos, criminosos e ilegais, formando assim uma cultura organizacional voltada ao cumprimento das normas e éticas das organizações. Além de auxiliar na governança das organizações, algumas empresas divulgam de forma voluntária no Relatório da Administração suas atividades de *Compliance* a fim de externar sua conduta ao mercado. Neste sentido, o estudo tem por objetivo analisar o conteúdo de *Compliance* divulgado nos Relatórios da Administração das empresas listadas no Novo Mercado da B3 nos anos de 2014 e 2019. Para atender o objetivo da pesquisa, realizou-se um estudo descritivo, por meio de pesquisa documental com abordagem qualitativa e quantitativa dos dados. Foram analisados os Relatórios da Administração das empresas listadas Novo Mercado nos anos de 2014 e 2019, compreendendo um total de 104 empresas analisadas no estudo. Para coleta e análise dos dados foram realizadas as leituras de todos os relatórios, nos quais os dados emergiram durante a leitura de acordo com a literatura revisitada. A análise foi realizada com a técnica de análise de conteúdo em que foram extraídas 38 categorias de prática de *Compliance*. Os resultados encontrados evidenciaram que as empresas em termos gerais aumentaram 96,77% a divulgação de *Compliance* com o decorrer do tempo, descaracterizando que tenham divulgado maiores quesitos apenas por fatores de momento como operação Lava Jato e Lei Anticorrupção em 2014 descaracterizando que deixariam de divulgar a preocupação com o *Compliance* com o passar do tempo. O que se pôde notar é uma mudança no comportamento em relação a utilização e divulgação de *Compliance* ao mercado.

**Palavras chaves:** *Compliance*. Divulgação Voluntária. Relatório da Administração.



## **ABSTRACT**

Compliance are mechanisms that are intended to guide, prevent and detect fraudulent, criminal and illegal behavior, thus forming an organizational culture aimed at complying with the standards and ethics of organizations. In addition to assisting in the governance of organizations, some companies voluntarily disclose their Compliance activities in the Management Report to externalize their conduct to the market. In this sense, the study aims to analyze the Compliance content disclosed in the Management Reports of companies listed on B3's Novo Mercado in the years 2014 and 2019. To meet the research objective, a descriptive study was carried out, using documentary research with a qualitative and quantitative approach to the data. The Management Reports of the Novo Mercado listed companies in the years 2014 and 2019 were analyzed, comprising a total of 104 companies analyzed in the study. For data collection and analysis, all reports were read, in which the data emerged during the reading according to the revisited literature. The analysis was performed using the content analysis technique in which 38 categories of Compliance practice were extracted. The results found as companies in general increased the disclosure of Compliance by 96.77% over time, mischaracterizing the disclosure only by factors for momentary factors such as the Lava Jato operation and Anticorruption Law in 2014, mischaracterizing that companies would fail to disclose Compliance over time. What has been noted is a change in behavior regarding the use and disclosure of Compliance to the market.

**Keywords:** Compliance. Voluntary Disclosure. Management Report.

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

*Compliance* de forma abrangente são os programas ou mecanismos de conformidades utilizados pelas companhias e outras organizações a fim de orientar, prevenir e detectar comportamentos fraudulentos, criminosos e ilegais, formando assim uma cultura organizacional voltada ao cumprimento das normas e éticas estabelecidas (CLAMER, 2018). O *Compliance* vai além da auditoria e gestão de riscos, preocupa-se com o treinamento dos funcionários, com a disseminação da cultura da empresa, busca fazer com que os funcionários tenham acesso e cumpram as normas estabelecidas (PORTA; CARVALHO, 2011).

A falta de mecanismos de *Compliance* cede espaço a práticas ilegais. Nesse sentido, existe uma constante preocupação do legislador quanto aos casos de corrupção. Ao longo dos anos, muitas normas foram adotadas para coibir estas práticas, como por exemplo: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), a Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei 8.66/93), a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), a criminalização da corrupção internacional no Código Penal, a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), dentre outras (MENDES, 2017).

Ainda, tramita no Brasil projetos de Lei como o PL nº 5.895/16 e PL nº 236/12 que buscam criminalizar a corrupção na esfera privada e, em 13 de junho de 2019 entrou em vigor a Lei nº 6.308/2019, que prevê a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal em todas esferas de Poder, mesmo que a contratação seja de forma direta ou indireta.

Além das questões legais, o *Compliance* ganhou força com os diversos casos de corrupção que foram notificados, no Brasil por exemplo, a deflagração do caso mensalão em (2005), as investigações da Lava Jato (2014) que envolveram inúmeras empresas como a Petrobras, Odebrecht, Camargo e Corrêa, Andrade Gutierrez etc. No cenário mundial podemos citar casos como o da Federação Internacional de Futebol

(FIFA) em 2015, o caso Libor (2012), dentre outros. Nesse sentido, as empresas de capital aberto têm buscado desenvolver programas de *Compliance*, visto que esse é um dos meios de prevenção e combate a casos ilícitos e é requisito para uma boa governança corporativa.

Ao aderirem a níveis significantes de governança, as empresas possuem um diferencial competitivo em relação as demais que ainda não aderiram certas práticas, buscando manter o valor econômico da empresa, alinhando interesses dos stakeholders e a perpetuidade da organização (AGUIAR, 2016).

Existem incentivos previstos para adoção de programas de *Compliance* como na Lei Anticorrupção, exigências da lei nº 6.308/19, Lei das Sociedades por ações (Lei nº 10.303/2001), além de recomendações de boas práticas pelos Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Brasil Bolsa Balcão (B3) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A fim de mostrarem ao mercado seu zelo com a organização e a utilização de práticas de *Compliance*, afastando qualquer tipo de desconfiança, as companhias podem divulgar ao mercado sua adesão a normas de *Compliance*. Um dos mecanismos que podem ser utilizados para essa divulgação voluntária é o Relatório da Administração. O relatório é obrigado por lei, mas que deixa seu conteúdo livre para versar por questões como o *Compliance*.

Em meio a várias orientações para a aplicação de *Compliance*, o tema da pesquisa propõe o desenvolvimento de um estudo criterioso e detalhado utilizando a técnica da análise de conteúdo para a classificação das características dos programas de *Compliance* publicados livremente pelas empresas de capital aberto listadas na B3 no relatório de administração anual. Diante do exposto, e fixando-se ao tema escolhido, o problema proposto para esse trabalho passa a ser: **Qual o conteúdo de *Compliance* divulgado nos Relatórios da Administração das empresas listadas no Novo Mercado da B3 nos anos de 2014 e 2019?**

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o conteúdo de *Compliance* divulgado nos Relatórios da Administração das empresas listadas no Novo Mercado da B3 nos anos de 2014 e 2019.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Mapear as empresas listadas na B3 com a adesão ao Novo Mercado nos anos de 2014 e 2019;
- b) Levantar os relatórios de administração das empresas listadas no Novo Mercado nos anos de 2014 e 2019;
- c) Analisar a divulgação de *Compliance* nos Relatórios de Administração das empresas listadas no Novo Mercado nos anos de 2014 e 2019;
- d) Classificar os conteúdos do *Compliance* nos Relatórios de Administração das empresas listadas no Novo Mercado nos anos de 2014 e 2019.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Dados os escândalos e casos de corrupção presenciados no Brasil e no mundo, os investimentos em *Compliance* tem se tornado um recurso indispensável para todas as organizações com vistas a proteger o patrimônio da empresa e o investimentos dos interessados, além disso, é preponderante para manter a integridade e a boa reputação da empresa. O estudo busca contribuir com o entendimento sobre o que as empresas de capital aberto listadas no Novo Mercado da B3 divulgam em seus relatórios da administração sobre adesão a estruturas de *Compliance*, e como está sendo aplicado nas organizações, confrontando com os aspectos fundamentais abordados pela literatura.

No último ranking divulgado pela Transparência Internacional, o Brasil mostrou um aumento em sua percepção de corrupção, saindo da posição 96<sup>a</sup> e ocupando a

105ª posição de 180 países (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2019). As empresas estão adotando programas voltados a integridade, porém apenas a existência do programa não é suficiente, é necessário uma gestão eficiente e o acompanhamento dos resultados, bem como uma mudança na cultura organizacional, o estudo busca evidenciar quais as práticas de *Compliance* ainda podem ser exploradas com o intuito de minimizar o problema de corrupção que assola o país.

A regulação que envolve as empresas listadas na B3, o dinamismo e envolvimento do mercado exige a preocupação de uma gestão eficiente e que trabalhe com vistas a atender os interesses dos acionistas, bem como as políticas regulatórias. O estudo busca contribuir para a abrangência dos programas de *Compliance* das organizações, buscando eficiência e compreeção de todas as áreas da empresa com vistas a proteger a mesma e o interesse social onde ela está inserida.

#### 1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este trabalho fica delimitado ao Relatório de Administração divulgado anualmente, com enfoque na divulgação voluntária dos atributos de *Compliance* desenvolvidos pelas empresas que estavam listadas no Novo Mercado da B3 nos anos de 2014 e 2019. Os relatórios do ano de 2014 divulgado em 2015 foi utilizado devido ser o primeiro a apresentar o impacto após a deflagração da operação Lava Jato, e 2019 por ser o último relatório completo divulgado. O período para a coleta de dados com fins de analisá-los foi durante a execução do estudo, no ano de 2020.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRAFICA

O *Compliance* é um dos princípios de governança corporativa e corresponde a Responsabilidade Corporativa, este representa o zelo que os agentes de governança devem ter pela instituição que dirigem, devendo esses atentar-se aos interesses que possam trazer benefícios de ordem econômica e financeira em todos os âmbitos (CRUZ et al., 2019). O relatório da administração fornecer dados e informações adicionais que são úteis para a tomada de decisão e divulgam para o mercado ações que são realizadas pela companhia. O relatório é construído apontando tendências futuras. Este relatório a discricionariedade das informações apresentadas, porém é preponderante que as informações divulgadas sejam fidedignas (SILVA, RODRIGUES, ABREU, 2007).

### 2.1 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE COMPLIANCE

#### 2.1.1 Conceitos e características do *Compliance*

O termo *Compliance* tem origem no verbo em inglês *to comply*, que significa cumprir. No âmbito empresarial, é agir de acordo com uma regra, uma instrução interna, um comando ou um pedido, é estar em conformidade com leis e regulamentos externos e internos (PEREIRA, 2018). Ainda conforme a autora, o *Compliance* vai além dos sistemas anticorrupção, ele abrange o cumprimento de obrigações trabalhistas, ambientais, concorrenciais, fiscais, regulatórias entre outras.

O *Compliance* refere-se a um conjunto de procedimentos implantados pela organização em suas atividades com o objetivo principal de evitar falhas no processo e mitigar riscos, ainda esse conjunto de conformidades buscar criar uma cultura organizacional de respeito as políticas da empresa e adequação as normas legais (PINHEIRO E ALVES, 2017).

Figueiredo (2015), descreve o *Compliance* como um programa de comprometimento e contenção de riscos contemporâneos, que busca o cumprimento das normas legais e internas da empresa, por meio da instituição de instrumentos

internos como um código de conduta, estruturação da cultura ética na empresa. O intuito do *Compliance* é a prevenção dos atos ilícitos.

Pinheiro (2017) destaca que o *Compliance* vai além do cumprimento da norma e regulamentos estabelecidos pela empresa, é preciso ser adotado como uma “linha mestra” na gestão da organização e os atos de irregularidade devem ser vistos de forma natural como incorretos.

Os programas de *Compliance* são ferramentas de gestão de riscos, através de leis, normas e práticas de condutas criadas pela empresa. Estes programas por suas vezes são caracterizados pela sua autorregulação, o que resume na fiscalização das leis estabelecidas pela própria empresa (MATTIUZZO, 2017).

### 2.1.2 Origem do *Compliance* no Brasil e no mundo

Com a globalização, verificou-se a ascensão do capitalismo, o aumento das transações de capital, o avanço nas tecnologias de informação, dentre outros aspectos modernos, nesta esteira, floresceu juntamente os casos de corrupção e fraudes nas organizações e na esfera pública. Desta maneira também cresceu a necessidade de fiscalizações e controles nas organizações, bem como a instituição de uma cultura de “fazer o correto” dando origem ao chamado *Compliance* (PINHEIRO, 2017).

“Nas organizações, o *Compliance* originou-se nas instituições financeiras, com a criação do Banco Central Americano, em 1913, que objetivava, entre outras metas, a formação de um sistema financeiro mais flexível, seguro e estável.” (SANTOS, 2012, p.3). Outros acontecimentos ao longo dos anos foram grandes influenciadores do *Compliance*, como a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, criação do New Deal pelo governo democrata Roosevelt, criação da Securities and Exchange Commission (SEC) em 1934, buscando regular o mercado acionário norte-americano. Ainda algumas empresas que tiveram seu fim decretado como o caso da ENRON (2001) e da WORLDCOM (2002).

No Quadro 1 estão apresentados os acontecimentos de maior impacto para o *Compliance* entre os anos de 1913 e 2003 conforme dados da Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI) e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

Quadro 1

Ano	Contexto Histórico
1913	Criação do Banco Central Americano (Board of Governors of the Federal Reserve) para implementar um sistema financeiro mais flexível, seguro e estável
1929	Quebra da Bolsa de New York, durante o governo liberal de Herbert Clark Hoover.
1932	Criação da Política Intervencionista “ <i>New Deal</i> ”, durante o governo democrata de Franklin Roosevelt, que implantou os conceitos Keynesianos, onde o Estado deve intervir na Economia, a fim de corrigir as distorções naturais do capitalismo.
1933/34	Diversos acontecimentos importantes: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Congresso Americano vota medidas com vistas a <b>proteger</b> o mercado de títulos de valores mobiliários e seus investidores – <b>Securities Act</b>;</li> <li>• Criação da <b>SEC – Securities and Exchange Commission</b>; com exigência de registro do <i>prospecto de emissão de títulos e valores mobiliários</i>.</li> </ul>
1940	<i>Investment Advisers Act</i> (registro dos consultores de investimento) e <i>Investment Company Act</i> (registro de fundos mútuos);
1945	Conferências de Bretton Woods – Criação do Fundo Monetário Internacional e do BIRD, com o objetivo básico de zelar pela estabilidade do Sistema Monetário Internacional;
1950	Prudential Securities – contratação de advogados para <b>acompanhar a legislação e monitorar</b> atividades com valores mobiliários;
1960	<b>Era COMPLIANCE</b> ; A SEC passa a insistir na contratação de <b>Compliance Officers</b> , para: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Criar Procedimentos Internos de Controles</b>;</li> <li>• <b>Treinar Pessoas</b>;</li> <li>• <b>Monitorar, com o objetivo de auxiliar as áreas de negócios a ter a efetiva supervisão</b></li> </ul>
1970	Desenvolvimento do Mercado de Opções e Metodologias de <i>Corporate Finance</i> , <i>Chinese Walls</i> , <i>Insider Trading</i> , etc.
1974	O Mercado Financeiro Mundial apresenta-se perplexo diante do caso Watergate, que demonstrou a fragilidade de controles no Governo Americano, onde se viu o mau uso da máquina político-administrativa para servir a propósitos particulares e ilícitos. Criação do Comitê da Basiléia para Supervisão Bancária;
1980	A atividade de <i>Compliance</i> se expande para as demais atividades financeiras no Mercado Americano;
1988	Foi estabelecido o Primeiro Acordo de Capital da Basiléia, estabelecendo padrões para a determinação do Capital mínimo das Instituições Financeiras. A Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, Viena;
1990	A Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, Viena; Criação do CFATF – Caribbean Financial Action Task Force
1992	Elaboração pela Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) e aprovação pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) do "Regulamento Modelo sobre Delitos de Lavagem Relacionados com o Tráfico Ilícito de Drogas e Outros Delitos Graves";



<b>1995</b>	Importantes acontecimentos e mudança das regras prudenciais:
	<p>A fragilidade no Sistema de Controles Internos contribuiu fortemente à falência do <b>Banco Barings</b>;</p> <p><b>Basiléia I</b> – Publicação de Regras Prudenciais para o Mercado Financeiro Internacional.</p> <p>Criação do Grupo de Egmont com o objetivo de promover a troca de informações, o recebimento e o tratamento de comunicações suspeitas relacionadas à lavagem de dinheiro provenientes de outros organismos financeiros;</p>
<b>1996</b>	Complementado o Primeiro Acordo de Capital de 1988 para inclusão do Risco de Mercado dentro do cálculo do Capital Mínimo definido em 1988 pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia.
<b>1997</b>	<p>Divulgação pelo Comitê da Basiléia dos <b>25 princípios</b> para uma Supervisão Bancária Eficaz, com destaque para seu <b>Princípio de n.º 14</b>: “<i>Os supervisores da atividade bancária devem certificar-se de que os bancos tenham controles internos adequados para a natureza e escala de seus negócios. Estes devem incluir arranjos claros de delegação de autoridade e responsabilidade: segregação de funções que envolvam comprometimento do banco, distribuição de seus recursos e contabilização de seus ativos e obrigações; reconciliação destes processos; salvaguarda de seus ativos; e funções apropriadas e independentes de Auditoria Interna e Externa e de <b>Compliance</b> para testar a adesão a estes controles, bem como a leis e regulamentos aplicáveis</i>”.</p> <p>Criação da AGP – Asia/Pacific Group on Money Laundering</p>
<b>1998</b>	<p><b>Era dos Controles Internos</b></p> <p><b>Comitê de Basiléia</b> – publicação dos 13 Princípios concernentes a Supervisão pelos Administradores e Cultura / Avaliação de Controles Internos, tendo como fundamento a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Ênfase na necessidade de Controles Internos efetivos e a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Mundial.</b></li> </ul> <p><b>Regulamentação no Brasil:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Publicação pelo Congresso Nacional da Lei nº 9613/98</b>, que dispõe sobre crimes de lavagem ou ocultação de bens, a prevenção da utilização do Sistema Financeiro Nacional para atos ilícitos previstos na referida lei e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF);</li> <li>• <b>O Conselho Monetário Nacional</b>, adotando para o Brasil os conceitos dos 13 Princípios concernentes a Supervisão pelos Administradores e Cultura / Avaliação de Controles Internos do Comitê da Basiléia, publicou a <b>Resolução nº 2554/98</b> que dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Início de estudos sobre o Basiléia II – Regras Prudenciais;</li> <li>• Declaração Política e o Plano de Ação contra Lavagem de Dinheiro, adotados na Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial de Drogas, Nova Iorque.</li> </ul>
<b>1999</b>	Criação do Eastern and Southern Africa Anti-Money Laundering Group (ESAAMLG)
<b>2001</b>	<p>Falha nos Controles Internos e Fraudes Contábeis levam a ENRON à falência;</p> <p>Criação do GAFISUD - Uma organização intergovernamental, criada formalmente em 08/12/2000, com o objetivo de atuar em Prevenção à Lavagem de Dinheiro em âmbito regional, agregando países da América do Sul.</p>
<b>2001</b>	<i>US Patriot Act</i>

<b>2002</b>	Falha nos Controles Internos e Fraudes Contábeis levam à concordata da WORLDCOM;
	<p><b>Congresso Americano</b> publica o “<b>Sarbanes-Oxley Act</b>”, que determinou às empresas registradas na SEC a adoção das melhores práticas contábeis, independência da Auditoria e criação do Comitê de Auditoria;</p> <p>Resolução nº 3056 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que altera a resolução nº 2554 dispondo sobre a atividade de Auditoria sobre Controles Internos</p>
<b>2003</b>	<p><b>O Conselho Monetário Nacional publica:</b></p> <p><b>Resolução nº 3198</b> que trata da auditoria independente e regulamenta a instituição do <b>Comitê de Auditoria</b>, com funções semelhantes àquelas publicadas pelo “<b>SarbanesOxley Act</b>”,</p> <p><b>Carta-Circular nº 3098</b> que dispõe sobre a necessidade de registro e comunicação ao BACEN de operações em espécie de depósito, provisionamentos e saques a partir de R\$100.000,00 (cem mil reais)</p> <p><b>Comitê de Supervisão Bancária da Basileia</b> – Práticas recomendáveis para Gestão e Supervisão de Riscos Operacionais. Como pudemos perceber, desde a quebra da Bolsa de Nova York (Final da Década de 20), temos sinais claros de movimentos buscando a Melhoria do Sistema de Controles Internos. Desde a década de 50, com a publicação da Prudential Securities, que instituiu a contratação de advogados para <b>acompanhar a legislação e monitorar atividades com valores mobiliários</b>, existem registros de ações de <b>Compliance</b>.</p>

**Quadro 1 – Contexto Histórico**

Fonte: ABBI e FEBRABAN (2004, P. 4-8)

No Brasil, alguns casos foram determinantes para a implementação e crescimento do *Compliance*, como a supervisão e normativas da CVM para regulação do mercado acionário com foco nas empresas listadas em bolsa, a Lei anticorrupção nº 12.846/2013, demais leis direcionadas ao setor específico, bem como escândalos políticos envolvendo grandes empresas e o sistema político do país.

## 2.2 ASPECTOS LEGAIS SOBRE O COMPLIANCE NO BRASIL

No Brasil, são diversas as leis que discorrem sobre os programas de *Compliance* ou programas de integridade como trazem em sua redação. São exemplos a resolução nº 4.595/2017 do Bacen que regula a existência de políticas de integridade para as instituições financeiras, Lei anticorrupção nº 12.846/2013, Leis estaduais como nº 7753/2017 para o estado do Rio de Janeiro, Lei Distrital nº 6.308/2019 do DF entre outras. Para fins deste estudo serão discutidas as Lei Anticorrupção e a Lei Distrital do DF.

### 2.2.1 Lei anticorrupção nº 12.846/2013 e decreto nº 8420/2015

No Brasil a Lei anticorrupção entrou em vigor em 01 de agosto de 2013, com o propósito principal de dispor sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira (BRASIL, 2013).

A referida lei trata diretamente da conduta dos corruptores, penalizando desde as pessoas jurídicas no âmbito administrativo e civil até a pessoa físicas na qualidade de dirigentes, administradores ou de qualquer pessoa natural que esteja envolvida de alguma forma com o ato ilícito, cada um sendo responsabilizado pelos atos ilícitos na medida da sua culpabilidade (BRASIL, 2013).

A lei define que constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, aqueles praticados pelas pessoas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, e elenca na redação da lei inúmeros fatos como por exemplo: subornos ao agente público, fraudes em licitações, dificultar atividades de investigação dentre outras (BRASIL, 2013).

No que se refere a responsabilização, as multas aplicadas variam de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, não sendo inferior à vantagem auferida, quando for possível sua mensuração. Para a condenação serão levados em consideração diversos fatores como a gravidade, a quantidade, o grau de perigo, o efeito negativo causado, a cooperação para apuração dos fatos dentre outros (BRASIL, 2013). Em um processo de julgamento também são levados em consideração na aplicação da sentença, a existência de procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica (BRASIL, 2013).

Ainda na redação da lei fica assegurado o acordo de leniência que visa um abrandamento na pena/multa e forma de julgamento caso a empresa coopere com as investigações a cerca do fato, indicando os demais envolvidos, entrega de documentos e informações entre outros benefícios para o processo. Mesmo com este tipo de

acordo, é observado que não será eximida a obrigação de reparação do dano causado (BRASIL, 2013).

O decreto nº 8420/2015, foi aprovado em março de 2015 pela presidente da república para regulamentar e responsabilizar a pessoa jurídica pelos atos contra a administração pública e definiu o programa de integridade como:

(...) conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira (DECRETO nº 8420, 2015, art 41, par. Único).

O decreto nº 8420/2015 estabelece dezesseis parâmetros para avaliação dos programas de *Compliance* conforme Quadro 2. Estes parâmetros estão em consonância com as diretrizes da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicados em 2010.

Quadro 2

Inciso	Requisitos
I	comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, quando aplicado, evidenciados pelo apoio visível e inequívoco ao Programa;
II	padrões de conduta, código de ética e políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados, administradores e dirigentes, independentemente do cargo ou função exercida;
III	padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidos, quando necessário, a terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
IV	capacitação periódica sobre os temas relacionados com o Programa de Integridade;
V	análise periódica de riscos para realizar as adaptações necessárias ao Programa de Integridade;
VI	registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;
VII	controles internos que assegurem a pronta elaboração e a confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras da pessoa jurídica;
VIII	procedimentos específicos para prevenir fraude e ilícito no processo licitatório, na execução de contrato e demais instrumentos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros;
IX	estruturação e independência da instância responsável pela aplicação do Programa de Integridade e fiscalização do seu cumprimento;

X	existência de canais de denúncia de irregularidades, acessíveis e amplamente divulgados a empregados, fornecedores e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé;
XI	medidas disciplinares em caso de descumprimento do Programa de Integridade;
XII	procedimentos que assegurem a pronta interrupção das irregularidades ou infrações cometidas e a tempestiva remediação dos danos causados;
XIII	mecanismos de prudência apropriados para contratação de terceiros, inclusive fornecedores, prestadores de serviços e afins;
XIV	verificação, durante o processo de aquisição, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reestruturação societária, do cometimento de irregularidades ou ilícitos, ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;
XV	monitoramento contínuo do Programa de Integridade visando ao seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate dos atos lesivos referidos no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e na legislação correlata;
XVI	ações de promoção da cultura ética e de integridade por meio de eventos, e instrumentos que comprovem a sua realização.

**Quadro 2 – Requisitos para a avaliação do programa de integridade**

Fonte: Decreto nº 8420/15.

Estes requisitos apresentados são verificados pelo órgão ou entidade contratante no momento da formalização do contrato entre as partes. O programa apresentado é fiscalizado, e acompanhado durante a vigência do contrato.

### 2.3 CVM E O COMPLIANCE INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 480

O estado é o agente regulador da ordem econômica e tem o dever de intervir na atividade econômica conforme as disposições das leis para incentivar, regular e planejar a economia, este intervém nas relações societárias através da CVM, que dita as regras do mercado de capitais (PINHEIRO, 2017).

A CVM foi criada pela Lei nº 6.385, de 1976 para regular o mercado de capitais brasileiro com o intuito de fiscalizar a atuação das companhias de capital aberto (PINHEIRO, 2017).

Em conjunto com a regulação, a CVM incentiva a implantação de programas de integridade/*Compliance*. Através da Instrução CVM Nº 480 que dispõe sobre o registro

de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários (INSTRUÇÃO Nº 480/09 da CVM).

Na redação do Anexo 29-A item 9 da instrução CVM Nº 480, aponta que é preciso avaliar periodicamente a exposição da companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*Compliance*) e aprovar uma política de gestão de riscos compatível com as estratégias de negócios (INSTRUÇÃO Nº 480/09 da CVM).

No item 22 da mesma instrução aponta a necessidade da companhia ter um comitê de auditoria estatutário, independente e qualificado, sendo que uma das funções é o assessoramento do conselho de administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e *Compliance* (INSTRUÇÃO Nº 480/09 da CVM).

O item 26 “A companhia deve ter um processo apropriado de gerenciamento de riscos e manter controles internos e programas de integridade/conformidade (*Compliance*) adequados ao porte, ao risco e à complexidade de suas atividades” (INSTRUÇÃO Nº 480/09 da CVM).

## 2.4 EMPRESAS LISTADAS NA BRASIL, BOLSA BALCÃO (B3) E O COMPLIANCE

O mercado acionário brasileiro também é regulado pela B3, pessoa jurídica de direito privado, que também estabelece algumas regras para atuação e classificação das companhias listadas com exigências adicionais às legais para determinados atos por elas praticados (PINHEIRO, 2017).

A extinta BMF&Bovespa no ano 2000 criou um dispositivo chamado segmentos especiais de listagem sendo eles Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1. Este instrumento vai com os interesses de investidores e empresas trazendo benefícios para ambos. As empresas se beneficiam pelo fato do aumento do valor agregado das ações, já que empresas listadas nos segmentos especiais têm boas práticas de governança corporativa (SILVA et al., 2016).

Para que as companhias listadas atinjam um nível superior de listagem existem requisitos mínimos a ser cumpridos, e o *Compliance* é um dos requisitos para que as

companhias sejam listadas no nível de Novo Mercado. É obrigatória a implementação de funções de *Compliance*, controles internos e riscos corporativos, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais para empresas de Novo Mercado (B3, 2019).

## 2.5 DISCLOSURE VOLUNTÁRIO

O *disclosure*, é o meio pelo qual informações pertinentes a uma determinada organização são transmitidas a quem os interessar (Verrecchia, 2001). As perguntas de como e quando divulgar uma informação compete ao administrador da empresa e para tanto, será precedida de uma motivação para isso (Verrecchia, 1983). Por consequência, o direcionamento do discurso no *disclosure* também se estende a esse gestor. Nessa linha argumentativa, o estímulo para as publicações, defendido por Cruz e Lima (2010), é busca pela reputação corporativa.

A associação da reputação corporativa e a divulgação pode refletir em retornos financeiros para a organização (Bushman, Piotroski & Smith, 2004), custo da dívida (Barros, Kos, Consoni & Colauto, 2017), na valoração da empresa (Dye, 1998), na liquidez de suas ações (Alencar, 2005), entre outros aspectos.

As informações retidas pelo administrador, bem como as publicadas, dependem de uma série de determinantes que envolveram as motivações desse para realizar essa ação (Verrecchia, 1983). Um dos pontos explanados por Gibbins, Richardson e Waterhouse (1990) é que a divulgação voluntária exerce uma ligação central com a credibilidade empresarial e na construção de uma reputação. Dessa forma, a busca pela reputação pode ser considerada um direcionador do *disclosure*, ou seja, um indutor para que as informações empresariais sejam divulgadas aos interessados no negócio (Cruz & Lima, 2010).

Neste sentido, a divulgação do *Compliance* se torna relevante para que as empresas demonstrem preocupação com problemas de corrupção e adequação a normas e boas práticas de governança.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta do estudo é analisar o conteúdo de *Compliance* divulgado nos Relatórios da Administração das empresas listadas no Novo Mercado da B3 nos anos de 2014 e 2019.

Nesta seção são tratados aspectos e procedimentos metodológicos para a realização do estudo. Primeiro, apresenta-se a caracterização da pesquisa, em seguida a descrição do objeto a ser estudado e a forma de que será conduzida a pesquisa.

#### 3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo Godoi e Balsini (2010), a pesquisa qualitativa é um conceito “Guarda-chuva” que abrange várias formas de pesquisa e nos ajuda a compreender e explicar o fenômeno social com menor afastamento possível do ambiente natural. Não se busca regularidades, mas a compreensão dos agentes. Neste sentido, o caráter qualitativo se dá pela interpretação dos relatórios e categorização dos dados de acordo com a divulgação de *Compliance* contida nos Relatórios da Administração das empresas estudadas.

A pesquisa quantitativa é caracterizada por aplicar a quantificação, tanto na coleta dos dados quanto no tratamento e análise, utilizando-se de múltiplos métodos estatísticos (RICHARDSON, 1999). Assim, o caráter quantitativo é expresso pela quantificação das categorias e suas repetições, bem como o comparativo de repetição das categorias de forma longitudinal (nas ocorrências entre os anos) e vertical (na ocorrência entre os setores).

#### 3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

Para atender os objetivos propostos, este estudo será classificado como exploratório. A pesquisa exploratória tem o intuito de familiarizar o pesquisador com o problema com objetivo de torná-lo mais explícito. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram



experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2008).

A pesquisa possui caráter descritivo buscando identificar as características do *Compliance* por meio de suas diversas fontes, literatura, legislação, recomendações etc. Cooper e Schindler (2016) apontam que “um estudo descritivo tenta encontrar respostas para perguntas quem, o que, quando, onde e, algumas vezes, como. O pesquisador tenta descrever o perfil de um grupo de problemas, pessoas ou eventos”. Dessa maneira, busca-se coletar, descrever, codificar e interpretar os conceitos e constructos acerca do *Compliance*.

### 3.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Este estudo é de caráter documental. Conforme Moreira (2017), a pesquisa envolvendo análise documental compreende a identificação, a verificação e apreciação de documentos para determinado fim. Este método pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação. Para realização da pesquisa serão utilizados os Relatórios da Administração das empresas listadas no Novo Mercado da B3, divulgados nos *sites* de cada empresa.

### 3.4 LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES

O objeto deste estudo será Relatório da Administração das empresas listadas no Novo Mercado da B3, divulgados anualmente nos *sites* de cada empresa. Serão identificadas as empresas listadas no Novo Mercado no período de 2014 a 2019, que possuem os Relatórios da Administração anuais publicados em seus *sites*. Após este levantamento de documentos, será utilizado a redação destes com o objetivo de identificar o conteúdo do discurso de *Compliance* utilizados pelas empresas para divulgar ao mercado as práticas de *Compliance* e como estes se comportam em relação as diversas literaturas e normativas.

No Relatório da Administração anual não serão consideradas para a análise as notas explicativas e Relatório dos Auditores independentes. As notas explicativas

devido sua obrigatoriedade e o relatório independente devido ser feito por agente externo a organização. Sendo considerado apenas o conteúdo voluntário do relatório.

### 3.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados será utilizada a técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo é um método empírico que depende do tipo de interpretação que se tem como objetivo. Não existe um modelo pronto, cada estudo desenvolve o desenho adequado, porém existem algumas regras de base que devem ser levadas em consideração, a pré-análise, a exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação (BARDIN, 2011).

Essa técnica é definida por Bardin (2011) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações para obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens. Como exposto, neste trabalho a técnica da análise do conteúdo será utilizada nos Relatórios de Administração divulgados no encerramento anual de 2014 e 2019.

A classificação das categorias de *Compliance* da análise de conteúdo pretendida apenas serão definidas conforme aparecerem para o pesquisador durante a análise de dados, e separadas quantitativamente conforme se repetirem no decorrer da análise. Posteriormente a coleta e codificação dos dados, será realizado o comparativo entre os dados dos relatórios de 2014 e 2019.

### 3.6 POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO

A população do estudo é composta pelas empresas listadas na bolsa de valores brasileira. A amostra compreende as empresas listadas no Novo Mercado no período de 2014 e 2019, o primeiro, ano em que foi o auge da operação Lava Jato deflagrada pela Polícia Federal brasileira e instituição da Lei nº 12846/13, o segundo foi selecionado devido ser o último ano divulgado para realizar o comparativo. O total de empresas que listadas no Novo Mercado nos dois anos é de 110 empresas, porém 6

empresas foram excluídas da amostra por falta de apresentação de dados, totalizando assim 104 empresas conforme aponta o Quadro 3.

Quadro 3

EMPRESA	SETOR ECONÔMICO	EMPRESA	SETOR ECONÔMICO
CCR SA	Bens Industriais	YDUQS PART	Consumo Cíclico
CSU CARDSYST	Bens Industriais	BIOSEV	Consumo não Cíclico
ECORODOVIAS	Bens Industriais	BRASILAGRO	Consumo não Cíclico
EMBRAER	Bens Industriais	BRF SA	Consumo não Cíclico
ETERNIT	Bens Industriais	JBS	Consumo não Cíclico
INDS ROMI	Bens Industriais	M.DIASBRANCO	Consumo não Cíclico
JSL	Bens Industriais	MARFRIG	Consumo não Cíclico
LOG-IN	Bens Industriais	MINERVA	Consumo não Cíclico
METALFRIO	Bens Industriais	NATURA	Consumo não Cíclico
MILLS	Bens Industriais	POMIFRUTAS	Consumo não Cíclico
PORTOBELLO	Bens Industriais	SLC AGRICOLA	Consumo não Cíclico
TEGMA	Bens Industriais	TERRA SANTA	Consumo não Cíclico
TRIUNFO PART	Bens Industriais	ALPER S.A.	Financeiro
TUPY	Bens Industriais	B3	Financeiro
VALID	Bens Industriais	BBSEGURIDADE	Financeiro
WEG	Bens Industriais	BR BROKERS	Financeiro
TIM PART S/A	Comunicações	BR MALLS PAR	Financeiro
ANIMA	Consumo Cíclico	BR PROPERT	Financeiro
AREZZO CO	Consumo Cíclico	BRASIL	Financeiro
B2W DIGITAL	Consumo Cíclico	CIELO	Financeiro
CIA HERING	Consumo Cíclico	CYRE COM-CCP	Financeiro
CR2	Consumo Cíclico	GENERALSHOPP	Financeiro
CYRELA REALT	Consumo Cíclico	IGUATEMI	Financeiro
DIRECIONAL	Consumo Cíclico	LOPES BRASIL	Financeiro
EVEN	Consumo Cíclico	PORTO SEGURO	Financeiro
EZTEC	Consumo Cíclico	SAO CARLOS	Financeiro
GAFISA	Consumo Cíclico	DURATEX	Materiais Básicos
GRENDENE	Consumo Cíclico	FER HERINGER	Materiais Básicos
HELBOR	Consumo Cíclico	MMX MINER	Materiais Básicos
IOCHP-MAXION	Consumo Cíclico	PARANAPANEMA	Materiais Básicos
JHSF PART	Consumo Cíclico	ENAUTA PART	Petróleo, Gás e Biocombustíveis
KROTON	Consumo Cíclico	LUPATECH	Petróleo, Gás e Biocombustíveis
LE LIS BLANC	Consumo Cíclico	PETRORIO	Petróleo, Gás e Biocombustíveis
LOCALIZA	Consumo Cíclico	ULTRAPAR	Petróleo, Gás e Biocombustíveis
LOCAMERICA	Consumo Cíclico	FLEURY	Saúde
LOJAS MARISA	Consumo Cíclico	HYPERA	Saúde
LOJAS RENNEN	Consumo Cíclico	ODONTOPREV	Saúde
MAGAZ LUIZA	Consumo Cíclico	OUROFINO S/A	Saúde
METAL LEVE	Consumo Cíclico	PROFARMA	Saúde
MRV	Consumo Cíclico	QUALICORP	Saúde
PDG REALT	Consumo Cíclico	RAIADROGASIL	Saúde
RNI	Consumo Cíclico	LINX	Tecnologia da Informação

ROSSI RESID	Consumo Cíclico	POSITIVO TEC	Tecnologia da Informação
SER EDUCA	Consumo Cíclico	TOTVS	Tecnologia da Informação
SMILES	Consumo Cíclico	COPASA	Utilidade Pública
SPRINGS	Consumo Cíclico	CPFL ENERGIA	Utilidade Pública
TECHNOS	Consumo Cíclico	CPFL RENOVAV	Utilidade Pública
TECNISA	Consumo Cíclico	ENERGIAS BR	Utilidade Pública
TIME FOR FUN	Consumo Cíclico	ENEVA	Utilidade Pública
TRISUL	Consumo Cíclico	ENGIE BRASIL	Utilidade Pública
UNICASA	Consumo Cíclico	LIGHT S/A	Utilidade Pública
VIVER	Consumo Cíclico	SABESP	Utilidade Pública

**Quadro 3 – Empresas Selecionadas**

**Fonte:** Elaborado pelo autor

#### 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente foram realizadas as leituras dos Relatórios da Administração e, de acordo com abordagem qualitativa, os dados que emergiram ao longo do processo foram categorizados em 38 categorias e apresentados conforme a respectiva quantidade de ocorrências no Quadro 4.

Quadro 4

N	Categorias	Fonte	2014	2019
1	Área de <i>Compliance</i>	CVM Nº 480/09	1	0
2	Auditoria Interna	Lei nº 12.846/2013	27	84
3	Avaliar Conflitos de Interesses	Lei nº 12.846/2013	35	48
4	Busca por Padrões de Integridade nos Processos	Pinheiro (2017); CVM Nº 480/09	3	4
5	Câmara de Arbitragem	CVM Nº 480/09	50	38
6	Canal de Denúncias	Lei nº 12.846/2013	11	32
7	Código de Conduta	Figueiredo (2015)	16	29
8	Código de Ética	Lei nº 12.846/2013	26	40
9	Combate a Corrupção, Suborno, Propina ou Pagamentos Facilitadores	Figueiredo (2015); Decreto nº 8420/2015	18	46
10	Comitê de Auditoria	Lei nº 12.846/2013	64	82
11	Comitê de <i>Compliance</i>	CVM Nº 480/09	1	8
12	Comitê de Ética	Lei nº 12.846/2013	14	17
13	<i>Compliance</i> Tributário	Pinheiro e Alves (2017)	0	2
14	Conformidade com a Legislação	Pereira (2018); Figueiredo (2015); Decreto nº 8420/2015	25	39
15	Conformidade com as Políticas e Normas Internas	Pereira (2018); Figueiredo (2015)	34	89
16	Controlar Transações com Agentes Públicos	Lei 12.846/2013	2	9
17	Controle Interno	Pereira (2018); Figueiredo (2015); Decreto nº 8420/2015; CVM Nº 480/09	23	48
18	Cultura de <i>Compliance</i>	Pinheiro e Alves (2017); Pinheiro (2017)	10	15
19	Cultura Ética	Figueiredo (2015)	0	1
20	<i>Due diligence</i>	Pereira (2018); Figueiredo (2015)	2	4
21	Estatuto Social	Pereira (2018); Figueiredo (2015)	47	37
22	Integridade da Organização	Decreto nº 8420/2015	1	2
23	Lei 12846/13	Lei nº 12.846/2013	6	10
24	Monitoria Externa de <i>Compliance</i>	Decreto nº 8420/2015	4	9
25	Ouvidoria	Lei nº 12.846/2013	1	0
26	Pacto Global da ONU com Comprometimento Anticorrupção.	Lei nº 12.846/2013	7	23

27	Penalização por Condutas em Desacordo com as Políticas da Organização	Lei nº 12.846/2013	1	0
28	Presidência de <i>Compliance</i>	CVM Nº 480/09	0	5
29	Princípios e Cartilha de Integridade	Lei nº 12.846/2013	0	16
30	Princípios Éticos	Decreto nº 8420/2015	19	30
31	Processos de Avaliação e Mitigação de Riscos	Pinheiro e Alves (2017); Figueiredo (2015); Decreto nº 8420/2015	111	238
32	Processos Éticos	Lei nº 12.846/2013	0	3
33	Programa de <i>Compliance</i>	CVM Nº 480/09; Lei nº 12.846/2013	16	67
34	Programa de Ética	Lei nº 12.846/2013	0	7
35	Programa de Integridade	Lei nº 12.846/2013; Decreto nº 8420/2015	0	7
36	Revisão de Processos Internos	Decreto nº 8420/2015; CVM Nº 480/09	4	23
37	Tratamento Ético	Lei nº 12.846/2013; nº 8420/2015	0	8
38	Treinamento e Cultura de <i>Compliance</i>	Pinheiro (2017); Decreto nº 8420/2015; CVM Nº 480/09	10	38

**Quadro 4 – Categorias da Pesquisa e ocorrências**

Fonte: Elaborado pelo autor

As categorias foram agrupadas e explicadas conforme o conteúdo divulgado nos Relatórios de Administração.

**1- Evidenciação do *Compliance*** – Este item aponta diferentes formas de divulgação e preocupação com o *Compliance*. Foram identificadas as seguintes: Área de *Compliance* – Comitê de *Compliance* - *Compliance* tributário – Cultura de *Compliance* – Presidência de *Compliance* – Programa de *Compliance*.

**a) Área de *Compliance* - Comitê de *Compliance*** – São mencionados controles internos atribuídos a área de *Compliance*. O comitê dispõe de recursos próprios e de apresentação interna e externa possuindo autoridade para efetivar as regras estabelecidas. O comitê e a área de *Compliance* é fundamental para o controle de riscos e o cumprimento de normas.

**b) *Compliance* Tributário** – São instituídas normas de *Compliance* voltadas a avaliar e organizar os processos fiscais da organização, buscando a conformidade com a legislação.

**c) Cultura de *Compliance*** – Disseminação do *Compliance* por toda a organização, fazendo com que seu cumprimento não seja forçado e sim natural. Além disso é

estendido para os agentes externos da organização. Fora da organização é realizada a avaliação e qualificação de fornecedores por meio de homologação, na qual são ponderados aspectos de *Compliance* e grau de impacto nos serviços.

- d) Presidência de *Compliance*** – Possui o papel de (i) averiguar todas as comunicações recebidas no canal de ética; (ii) realizar o treinamento contínuo dos Colaboradores, Administradores e Terceiros da Companhia; (iii) monitorar o cumprimento do Código de Conduta Ética, das demais políticas, processos, padrões, normas e regulamentos da Companhia; (iv) aplicar as sanções e medidas disciplinares e pedagógicas cabíveis no intuito de corrigir as condutas inadequadas; (v) assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, o fortalecimento e o funcionamento de controles internos da Companhia, buscando a mitigação de riscos existentes; e (vi) garantir o cumprimento da legislação em vigor.
- e) Programa de *Compliance*** - Programa de *Compliance* estabelece diretrizes e normas que orientam a forma de gestão, fortalecendo a cultura, protegendo a reputação da Companhia, englobando as práticas anticorrupção.

**2- Avaliar Conflitos de Interesses** – A avaliação dos conflitos de interesses consiste em uma Política que tem como objetivo estabelecer diretrizes para assegurar que todas as decisões envolvendo Partes Relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas observando os interesses da organização e dos acionistas. Outro aspecto das políticas de conflitos de interesses está relacionado ao controle entre auditores independentes e interesses da organização, buscando a separação entre os trabalhos prestado, garantindo que a empresa prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não tenha prestado serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício em questão, fundamentando-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Desta forma, é assegurado que não ocorra a perda de

independência ou de objetividade dos trabalhos da auditoria. Essas determinações em geral estão fixadas no Estatuto Social da organização.

**3- Auditoria Interna** – Auditoria Interna é responsável pela avaliação, junto às diversas áreas da Companhia, pela implementação e recomendações de melhorias de controles internos identificadas durante os trabalhos de mapeamento e documentação de processos. Adicionalmente, como parte das atividades da Auditoria Interna, são realizados inventários rotativos, auditoria em processos, além de serem avaliados o cumprimento das normas e procedimentos operacionais visando a avaliação da eficácia e efetividade dos controles internos da empresa e de filiais caso existam. Fica a cargo da auditoria verificar eventuais fragilidades e não conformidades e reportá-las para a diretoria responsável para análise e tratamento, posteriormente verificar se foram gerados planos de ação e as demandas foram solucionadas. Em suma, a área de Auditoria Interna possui reporte funcional periódico ao Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Conformidade.

**4- Câmara de Arbitragem** - Tem a função de obrigar a companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, dentre outros a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes deste Regulamento de Listagem, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado, com a estrita observância à legislação vigente, em especial a Lei nº 9.307/96.



**5- Canal de Denúncias - Ouvidoria** - Em sua estrutura de gerenciamento de riscos, a Companhia conta com um canal de denúncias no qual seus colaboradores e franqueados podem relatar situações e condutas antiéticas e/ou ilegais ocorridas na Plataforma. O canal de denúncias em geral é operado por uma empresa externa especializada e que permite o registro de relatos de forma anônima. O canal é disponível para que qualquer parte interessada pode denunciar questões que contrariem os princípios estabelecidos no Código de Conduta e Integridade, como fraudes, corrupção, atos ilícitos e outras transgressões. Os procedimentos para apuração de denúncias recebidas e infrações ao Código e os eventos registrados no Canal de Denúncias são monitorados pelo Comitê de Auditoria. As apurações consideradas procedentes geram ações que variam desde uma simples reorientação de conduta até casos de maior relevância que culminaram na instauração de processos administrativos, demissão de colaboradores e descredenciamento de fornecedores.

**6- Código de Conduta** - A adoção do Código de Conduta é destinada a todos os colaboradores da empresa, independentemente da sua posição hierárquica, membros do Conselho de Administração e demais comitês, parceiros, fornecedores, terceiros intermediários, em toda a abrangência da empresa. Todo funcionário, ao ingressar na Companhia, participa do treinamento sobre o Código Conduta em sua fase de integração e futuras revisões. O Código de Conduta e Integridade, em geral é elaborado de forma colaborativa e atualizado estabelecendo bases para que administradores e empregados atuem de forma integrada e coerente com os valores da Companhia na condução das relações e negócios com públicos de relacionamento.

**7- Combate a Corrupção, Suborno, Propina ou Pagamentos Facilitadores** – As organizações prezam por divulgar formas de combate a corrupção, evidenciando formas de mitigar atos como suborno, propina, pagamentos favorecidos dentre outros meios que venham expropriar a empresa. Por meio de programas como o de Conformidade e Ética da elaboram um conjunto de políticas, procedimentos e orientações essenciais para a manutenção de um ambiente corporativo ético e

transparente além de outras medidas para identificar, prevenir e responder aos riscos de corrupção e suborno. A Política Anticorrupção obriga todos os colaboradores, administradores e terceiros atrelados à Companhia a conduzirem negócios e pautar suas atitudes profissionais de maneira ética e com absoluta integridade, exigindo o cumprimento do Código de Conduta Ética da Companhia e de toda a legislação aplicável contra suborno e corrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013 e seu decreto nº 8.420/2015, bem como de todos e quaisquer outros atos normativos e regulamentos pertinentes. A Política Anticorrupção é instituída pelo Conselho de Administração da Companhia. Essa política aplica práticas globais a todos aqueles que possuem relações de negócios com a empresa e visa estabelecer as diretrizes e regras a serem observadas quando forem realizadas contribuições, doações e patrocínios pela Companhia para que estas ocorram com transparência, integridade e legalidade, e veda expressamente qualquer tipo de contribuição, pagamento de despesas, doação e desembolso de caráter pecuniário ou não em favor de outros incluindo agentes públicos ou pessoas a eles relacionadas, bem como para candidatos políticos a cargos públicos, partidos políticos ou para campanhas eleitorais. Outras diretrizes orientam na identificação, declaração e resolução de situações que possam apresentar conflitos de interesse reais, potenciais ou aparentes, e suas disposições devem ser interpretadas em conjunto e complementam as diretrizes de conduta estabelecidas pelo Código de Conduta Ética e pela Política Anticorrupção da Companhia. A política ainda orienta seus destinatários sobre como agir nessas situações. Todo funcionário, ao ingressar na Companhia, participa do treinamento referente ao combate a corrupção.

**8- Comitê de Auditoria** - Tem como finalidade assessorar o Conselho de Administração quanto a normas, regras e processos de divulgação e transparência das Demonstrações Financeiras, além de ser responsável por avaliar o desempenho dos sistemas de controles internos e das auditorias interna e externa, especialmente nas questões relativas a contabilidade, controles financeiros internos e demais controles de observância legal. Ainda, possui a função de definir o escopo e

supervisionar os trabalhos de auditoria (tanto interna como externa), de forma a reportar eventuais pontos de atenção da Companhia ao Conselho de Administração.

**9- Código de Ética** – É elaborado pelas organizações de forma a adotar uma postura ética, responsável e transparente na administração dos negócios aperfeiçoando o padrão de Governança Corporativa de acordo com as melhores práticas de mercado.

**10- Comitê de Ética - Cultura Ética – Programa de Ética – Princípios Éticos – Processos Éticos – Tratamento Ético** – O Comitê de Ética possui a função de criar uma base sólida de confiança e ética. Em busca de institucionalizar o *Compliance* nas organizações, a postura ética é um forte norteador. As empresas adotam um Programa de Conformidade e Ética da que consiste em um conjunto de políticas, procedimentos e orientações essenciais para a manutenção de um ambiente corporativo ético e transparente. As empresas evidenciam que valorizam a ética em seus processos, e prezam por um tratamento ético voltado para a organização, funcionários, os demais atores que se relacionam com a companhia. Há uma busca pela consolidação das diretrizes e normas de comportamento consideradas eticamente corretas, visando regular as condutas e ações de todos os colaboradores independentemente da posição hierárquica, parceiros de negócios, de serviços e fornecedores, estabelecendo os compromissos éticos destes para com a empresa, consolidando sua identidade cultural, valores e princípios.

**11- Conformidade com a Legislação** – As organizações abordam nos relatórios de administração a conformidade relacionadas às legislações vigentes que impactam diretamente na empresa. São constantemente citadas no relatório as leis e normas seguidas, como por exemplo, a legislação societária brasileira, Lei 6404/76 e as práticas adotadas no Brasil, conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), cumprimento das leis, o compromisso com a sustentabilidade.

**12- Conformidade com as Políticas e Normas Internas - Controles Internos - Busca por Padrões de Integridade nos Processos - Integridade da Organização**

– **Programa de Integridade** – Estes aspectos possuem relação com a integridade. Os Programas de Integridade contam com frentes importantes: diretrizes de conduta, canal confidencial e investigações, comunicação e treinamento, além de diligência, monitoramento e auditoria. Auditoria Interna avalia junto às diversas áreas da Companhia a implementação das recomendações de melhorias de controles internos identificadas durante os trabalhos de mapeamento e documentação de processos. São evidenciados controles internos robustos para promover maior conforto sobre seus processos e números financeiros. Para garantir a conformidade com as políticas e normas internas são realizadas atividades de Auditoria Interna, auditorias em processos da Companhia visando a avaliação da eficácia e efetividade dos controles internos. As fragilidades identificadas geram planos de ação para implementação pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento. Uma área de Controles Internos que realiza avaliações imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento de riscos, do ambiente de controles internos e das normas e procedimentos estabelecidos pela gestão. A área dos controles Internos atua na recomendação do aperfeiçoamento dos controles, das normas e dos procedimentos, em consonância com as melhores práticas de mercado, promovendo uma atitude preventiva e de antecipação de riscos.

**13- Controlar Transações com Agentes Públicos** – Trata especificamente da conduta dos colaboradores em relação aos agentes públicos em geral. São explorados aspectos de prevenção e combate a delitos visando dar transparência e rastreabilidade ao necessário relacionamento da empresa, no cumprimento de seu objeto social, com os órgãos públicos e seus agentes.

**14- Due diligences** – São explorados como forma de evidenciar procedimentos de *Compliance*, explorando um processo aprofundado de análise e avaliação de informações detalhadas e documentos relacionados com múltiplos setores de uma empresa. Utilizando essa ferramenta como prevenção e detecção de problemas.

**15- Estatuto Social** – As empresas evidenciam, a cada passo, no Relatório de Administração que estão de acordo com o Estatuto Social, a fim de demonstrar que estão em consonância com as diretrizes determinadas para o funcionamento da organização. Ainda se espera que todos os envolvidos com a organização conheçam o Estatuto Social, neste sentido evidenciar o Estatuto nas atividades que estão sendo desenvolvidas reforça a conformidade, podendo ser evidenciada como uma das atividades de *Compliance*.

**16- Lei nº 12846/13** – Conformidade com a Lei nº 12846/13, exigindo o cumprimento de toda a legislação aplicável contra suborno e corrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013 e seu decreto nº 8.420/2015, bem como de todos e quaisquer outros atos normativos e regulamentos pertinentes. Objetiva explicitar a conduta adotada nos negócios, esclarecer os requisitos gerais da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13) e orientar os colaboradores, parceiros e terceiros sobre a aplicação dos princípios anticorrupção em todas as áreas de atuação da Companhia.

**17- Monitoria Externa de *Compliance*** - Além de ferramentas de comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, existe a preocupação que as partes envolvidas com a companhia possuam atitudes de *Compliance*. Dentre as práticas de conformidade destacam-se o estímulo à adoção de medidas de integridade entre os fornecedores, prevendo em cláusulas contratuais a obrigatoriedade do cumprimento de normas éticas e a vedação de práticas de fraude e corrupção, além do monitoramento de transações entre partes relacionadas da Companhia.

**18- Pacto Global da ONU com Comprometimento Anticorrupção** – As companhias tornam-se signatárias do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) com os Objetivos de combate a corrupção e desenvolvimento sustentáveis. As Companhia evidenciam a adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção (“Pacto”), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Fórum Econômico Mundial, a Rede Brasileira do Pacto Global e a Patri Relações Governamentais & Políticas

Públicas. Os princípios do Pacto, que tem como objetivo promover um mercado mais íntegro e ético, baseiam-se na Carta de Princípios de Responsabilidade Social, na Convenção da ONU contra a Corrupção, no 10º princípio do Pacto Global da ONU e nas Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais.

#### **19- Penalização por Condutas em Desacordo com as Políticas da Organização –**

As organizações evidenciam que os atos em desacordo com o mandatário são devidamente penalizados, a fim de demonstrar a não tolerância a condutas impróprias e enfatizar um *enforcement* das diretrizes organizacionais.

**20- Princípios e Cartilha de Integridade** - Estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores. A cartilha em usualmente é aprovada pelo Conselho de Administração e respaldado pelas Políticas de Conformidade, o programa estabelece diretrizes, princípios e competências que orientam seus administradores e empregados a atuarem pela Companhia zelando pelo cumprimento de leis, regulamentações e instrumentos organizacionais, preservando os ativos, a imagem, a integridade e demais valores éticos da empresa.

**21- Processos de Avaliação e Mitigação de Riscos** – Existe o mapeamento de riscos das Companhias com a avaliação de impacto e probidade para todos os riscos, bem como realizada a validação e revisão de todos os fatores e riscos com a Alta Administração da Companhia. As empresas realizam a definição e implementação de ações concretas para a mitigação dos riscos inerentes aos negócios e relacionado a política de sustentabilidade das organizações.

A demonstração da gestão de riscos vinculada aos Controles Internos, possuem como objetivo estabelecer controles e procedimentos para prevenir a ocorrência de erros e/ou fraudes e identificar os riscos mais significativos que possam afetar de forma adversa os negócios. A fim de gerenciar os riscos, as organizações contam com mecanismos de controle como canal de denúncias. A área específica para monitoramento de riscos corporativos visa aprimorar o processo de

tomada de decisão para prover maior segurança quanto ao atingimento dos objetivos estratégicos e, para tanto, as organizações estabelecem uma área de Riscos Corporativos. As organizações passam a aplicar continuamente um conjunto de métodos e processos para gerir riscos críticos a um nível aceitável.

A gestão dos riscos associados aos diversos ativos da informação independentemente de sua forma ou meio em que são compartilhados ou armazenados, digitais ou impresso, auxiliam a organização a funcionar em *Compliance*, minimizando riscos em todas as esferas da empresa. São quatro as naturezas de risco evidenciadas: estratégico, financeiro, operacional e de conformidade, estes são acompanhados pelas diretorias designadas e pelo Conselho de Administração. Com isso, ações mitigatórias são desenvolvidas minimizando os impactos negativos, apoiando o alcance dos objetivos estratégicos.

**22- Revisão de Processos Internos** – São realizadas constantes revisões dos processos internos, acompanhados pela auditoria interna, comitê de auditoria, Gestão de Riscos e Conformidade. As Companhias aprimoram a área de Controles Internos para incorporar uma metodologia completa *Compliance*. São incluídos reporte periódico ao comitê específico sobre os resultados alcançados. Anualmente a matriz de Riscos Corporativos é atualizada garantindo a avaliação e monitoramento da eficácia dos Controles Internos, mapeamento de processos, controles chaves e indicadores, bem como monitoramento dos planos de ação a fim de evitar deficiências significativas que pudessem ser reportadas nas demonstrações financeiras.

**23- Treinamento e Cultura de *Compliance*** – Busca-se o avanço no acultramento dos colaboradores. As ações de *Compliance* vão além da instituição do programa, é realizado a disseminação e compartilhamento da cultura da ética e transparência junto ao público interno. É implantada uma linha de aprendizagem conduta e integridade. Divulgam que a organização possui um plano de treinamento contínuo, utilizando-se diversas ferramentas de aprendizagem sobre integridade, ética, relações pessoais e moral, diversidade, corrupção, fraude, conflito de interesse, entre

outros. São reforçados os valores e os princípios do Código de Conduta e Integridade e é complementado por outras ações de disseminação por meio de matérias e enquetes com publicações em veículos de comunicação interna.

São realizados treinamentos presenciais de Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção, com o objetivo de imprimir uma reflexão sobre o tema e informar sobre leis nacionais e internacionais relacionadas, disseminar práticas recomendadas de atuação, além de fomentar a cultura da integridade na empresa. Englobando tanto a prevenção à fraude e corrupção, como o relacionamento com agentes públicos, conflito de interesses, riscos e controles nos processos. O aprendizado é complementado com exemplos e casos concretos, contribuindo para a identificação de medidas adequadas de integridade. Adicionalmente, são realizados treinamentos dos Administradores e membros do Conselho Fiscal sobre temas ligados à governança corporativa e integridade. Além dos treinamentos presenciais, são realizados treinamentos virtuais no tema integridade.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o conteúdo de *Compliance* divulgado nos Relatórios da Administração das empresas listadas no Novo Mercado da B3 nos anos de 2014 e 2019. Para alcançar o objetivo realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo, por meio de pesquisa documental, com abordagem qualitativa e quantitativos dos dados. Foram analisados os Relatórios da Administração das empresas listadas do Novo Mercado na B3 nos anos de 2014 e 2019. A amostra da pesquisa compreendeu o total de 104 empresas listadas no Novo Mercado nos dois anos, distribuídas entre 10 setores econômicos.

Os dados foram coletados e analisados por meio da análise de conteúdo dos Relatórios da Administração, não houve definição das categorias antes da análise de dados, seguiu-se o entendimento da análise de conteúdo de que as categorias sobre os mecanismos de *Compliance* divulgados emergiriam dos relatórios. Foram extraídas 38 categorias no total da leitura dos documentos.

Segundo os itens analisados e as frequência apresentadas nos relatórios, constatou-se que as empresas em termos gerais aumentaram 96,77% a divulgação de *Compliance* com o decorrer do tempo, descaracterizando que tenham divulgado maiores quesitos apenas por fatores de momento como operação Lava Jato e a Lei Anticorrupção e ainda, que deixariam de divulgar a preocupação com o *Compliance* com o passar do tempo. O que se nota é uma mudança no comportamento em relação a utilização e divulgação de *Compliance* ao mercado. Entende-se que esse ponto pode ser resultado de uma mudança institucional que viveu o mercado de ações brasileiro, em que a operação Lava Jato e a Lei Anticorrupção foram as propulsoras, gerando uma postura diferente das empresas frente ao *Compliance*. No entanto, sugere-se pesquisas futuras que envolvam a Teoria Institucional e a adoção de mecanismos de *Compliance* para melhor entendimento.

Entre os setores, foi possível verificar que o maior salto em preocupação com os aspectos de *Compliance* foi no setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, tendo um aumento de 550%, principalmente motivado pela empresa Ultrapar, envolvida em casos de corrupção no ano de 2018. Essa alteração de postura da companhia pode ser

explicada pela necessidade de explicitar ao mercado as alterações de mecanismos internos que mitigam possíveis novos desvios de conduta. Em seguida, o setor de Bens Industriais teve uma elevação em divulgação de *Compliance* de 275,68%, sendo gerada principalmente pelas concessionárias de rodovias CCR e Ecorodovias e pela certificadora digital Valid. Em relação as concessionárias, esse resultado era esperado, posto que essas possuem contratos com o Governo brasileiro e a Lei Anticorrupção dispõem sobre a relação entre o Estado e sociedades empresárias, responsabilizando por atos lesivos.

Os resultados do estudo contribuem para a discussão acerca do *Compliance*, onde as empresas que possuem uma menor divulgação ou que não abrangem aspectos consideráveis de integridade, possam verificar o que o mercado divulga em seus relatórios. Ainda contribui para o entendimento de que as ferramentas de *Compliance* vão além de um modismo momentâneo, e devem ser considerados com rigor na estratégia empresarial. Sua divulgação aos *stakeholders* possuem o potencial de melhorar a reputação da organização. Estudos com este foco são necessários para alimentar a ideia de que é necessário trabalhar na integridade das organizações e mitigar problemas de corrupção que são institucionalizados no país.

As principais limitações do estudo estão relacionadas ao fato de estudar apenas dois anos, 2014 ano em que houve o advento da Lei Anticorrupção e o auge da Lava Jato e 2019 último ano divulgado. Ainda, é possível que alguns aspectos de *Compliance* pode ser decorrente da mudança em aspectos que não foram observados neste estudo. Recomenda-se para futuros estudos uma análise dos demais anos entre 2014 e 2019 e verificar os fatores específicos que levaram ao aumento da divulgação pelas empresas mais representativas da amostra. Ainda, recomenda-se verificar as mudanças institucionais que levaram as empresas a moldarem seus relatórios.

## REFERÊNCIAS

ABBI – Associação Brasileira de Bancos Internacionais – FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos. **Documento consultivo - Função de Compliance**. Disponível em: [http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Funcao\\_de\\_Compliance.pdf](http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Funcao_de_Compliance.pdf) >. Acesso em 08 jul. 2019

AGUIAR, L. I. L. A governança Corporativa tributária como requisito para o exercício da atividade empresarial. 236 f. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.  
B3 - BRASIL BOLSA BALCÃO. Disponível em: [http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/novo-mercado/](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/novo-mercado/) Acesso em: 02 jul. 2019.

ALENCAR, R. C. (2005). Custo do capital próprio e nível de disclosure nas empresas brasileiras. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 2, n. 1, p. 1-12.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo. Edições 70, 2011.

BARROS, C. M. E., KOS, S. R., CONSONI, S., & COLAUTO, R. D. (2017). A influência do disclosure voluntário no custo da dívida de financiamentos em empresas listadas na BM&F BOVESPA. **Revista Ambiente Contábil**, v. 9, n. 2, p. 334-354, 2017.

BRASIL, Lei nº 12.846, de 1 de agosto 2013. Portal da Legislação, Brasília, DF, 1 ago.2013. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm). Acesso em 26 jan. 2020

BRASIL. Decreto nº 8420, de 18 de março de 2015 regulamenta a Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e dá outras providências, Brasília, Brasil: 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/decreto/D8420.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/D8420.htm). Acesso em 29 jun. 2020

BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D.; SMITH, A. J. What determines corporate transparency?. **Journal of accounting research**, v. 42, n. 2, p. 207-252, 2004.

CLAMER, R. **Avaliação dos sistemas de Compliance com a governança corporativa nas organizações da Serra Gaúcha: uma análise nas empresas de capital aberto com ações na BM&F Bovespa**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Caxias do Sul, 2018.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Disponível em:<<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst480.html>>Acesso em: 04. 2019

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração-12ª Edição**. McGraw Hill Brasil, 2016.

CRUZ, C. V. O. A.; LIMA, G. A. S. F. (2010). Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, p. 85-101.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 6.308 de 13 de junho de 2019. **Diário Oficial [do] DISTRITO FEDERAL**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jun, 2019. Seção 1, p. 1. em: 08 de jul. de 2019.

DYE, R. A. (1998). Investor sophistication and voluntary disclosures. **Review of accounting studies**, v. 3, n. 3, p. 261-287.

FIGUEIREDO, R. S. Direito de Intervenção e Lei 12.846/2013: A Adoção do *Compliance* como Excludente de Responsabilidade. Dissertação apresentada ao Curso de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Direito. Salvador, março de 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17475/1/Dissertacao%20rud%C3%A1%20figueiredo.pdf>>. Acesso em: 06.07.2019.

GIBBINS, M.; RICHARDSON, A.; WATERHOUSE, J. (1990). The management of corporate financial disclosure: opportunism, ritualism, policies, and processes. **Journal of accounting research**, v. 28, n. 1, p. 121-143.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S.; BALSINI, C. P. V. (2010) A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros; uma análise bibliométrica. Em Godoi, C. K.; Bandeira-de-Mello, R., & Silva, A. B. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Organizações: Paradigmas, Estratégias e Métodos**. (2 ed.). São Paulo: Saraiva.

MATTIUZZO, Marcela. Concorrência e corrupção—programas de *Compliance* no debate jurídico-institucional brasileiro. **Revista de Defesa da Concorrência**, v. 5, n. 1, p. 5-20, 2017.

MENDES, F. S.; CARVALHO, V. M.. **Compliance: concorrência e combate à corrupção**. Editora Trevisan, 2017.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. Em DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PEREIRA, Rosane. *Compliance* – Contabilidade Como Ferramenta de Apoio e Transparência. Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, 2018

PINHEIRO, C. R; ALVES, A. F. A. O Papel da CVM e da B3 na Implementação e Delimitação do Programa de Integridade (*Compliance*) no Brasil. **Revista Brasileira de Direito Empresarial**, v. 3, n. 1, p. 40-60, 2017.

PORTA, D.; CARVALHO, F. **As diferenças entre auditoria interna e Compliance**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Caxias do Sul, 2018.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, R. A. et al. *Compliance* e liderança: a suscetibilidade dos líderes ao risco de corrupção nas organizações. **Einstein (16794508)**, v. 10, n. 1, 2012.  
São Paulo: Saint Paul, 2005.

SILVA, C. A. T.; RODRIGUES, F. F.; ABREU, R. L. Análise dos relatórios de administração das companhias abertas brasileiras: um estudo do exercício social de 2002. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 11, n. 2, p. 71-92, 2007.

SILVA, R. L. M.; NARDI, P. C. C.; MARTINS, V. A.; FILHO, M. B. Governança Corporativa da BM&FBOVESPA aumentam a liquidez das ações? *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, Porto Alegre*, v.13, n. 3, p. 248-263, 2016.

SILVEIRA, A. M. Governança Corporativa: Desempenho e Valor da Empresa no Brasil.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Corruption Perceptions Index 2019. Transparency. Disponível em < <https://www.transparency.org/cpi2018>>. Acesso em 02 de julho de 2019.

Verrecchia, R. E. Discretionary Disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 5, 179-194, 1983.

VERRECCHIA, R. E. Ensaio sobre divulgação. **Revista de contabilidade e economia**, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001.